

Artigo de Opinião

Turismo sustentável: benefícios económicos para as comunidades locais e preservação dos patrimónios cultural e natural dos territórios

O reconhecimento do turismo enquanto atividade promotora do desenvolvimento geral da economia parece ser consensual. Cada vez mais, o turismo é entendido como um fenómeno de elevada importância, não somente do ponto de vista económico, como também político, ambiental e sociocultural.

Apesar de o turismo estar frequentemente associado a uma probabilidade intrínseca de destruição do meio ambiente e desgaste dos recursos, assim como a conflitos de interesse entre vários *stakeholders* envolvidos nesta atividade, muitos estudos evidenciam e reforçam os seus impactos positivos. Entre estes, podem apontar-se os benefícios económicos do turismo para a população, provenientes, por exemplo, do aumento das receitas de impostos, ou da criação de postos de trabalho, ou do aumento de investimentos e da atividade comercial. Frequentemente, o turismo é entendido como um instrumento que possibilita a melhoria das condições de vida dos residentes, nomeadamente através do desenvolvimento de infraestruturas e serviços, que servem não só turistas, mas também estes residentes. Cada vez mais, o turismo é entendido como um instrumento de fortalecimento da identidade da comunidade, da tradição e dos seus valores.

Sendo certo que o crescimento do turismo, a sua expansão espacial e a progressiva diversificação da atividade turística proporcionam oportunidades para países, regiões e comunidades, não é menos certo que os impactos negativos e as ameaças desta atividade devem ser seriamente consideradas, de forma a evitar-se a deterioração dos espaços e o enfraquecimento do ambiente, a destruição de modos de vida e de relacionamentos sociais e produtivos, pondo em causa a identidade cultural dos territórios e das populações.

O caminho da sustentabilidade em turismo e o contributo desta atividade para uma competitividade benéfica, quer em termos económicos, quer sociais e ambientais, exigem responsabilidades e envolvimento de várias partes. Responsabilidade não apenas dos agentes públicos, que devem elaborar e implementar políticas de desenvolvimento para as atividades turísticas e adotar um modelo de desenvolvimento que permita a tal competitividade benéfica, sustentável e socialmente justa. Responsabilidade dos agentes económicos, que não devem ceder ao lucro fácil e rápido em detrimento de negócios e explorações turísticas socialmente e ambientalmente sustentáveis que respeitem a preservação dos patrimónios cultural e natural dos

territórios. E, finalmente, responsabilidade da população e da comunidade, que deve abraçar as oportunidades proporcionadas pela atividade turística mas desempenhando um papel de controlo e de supervisão, de cidadania ativa defensora do património cultural e natural das suas regiões, zelando pela herança das gerações vindoras.

PhD Teresa Costa

Professora adjunta

Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal (ESCE/IPS)

In O Setubalense (29-09-2017)